

A. SIMÕES LOPES (*)

A PEQUENA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A ECONOMIA E AS PESSOAS

1. Recordo com prazer o prazer com que li pela primeira vez Schumacher e o seu *Small is Beautiful*, esse magnífico livrinho, arrogante na sua sobriedade e prenhe de intenções e de insinuações legítimas no seu subtítulo: «A study of economics as if people mattered». Raras vezes terei encontrado maior identidade de preocupações, nem sempre acompanhadas, é certo, de iguais pontos de vista nas soluções; raras vezes terei encontrado tanta comunhão na relativa insatisfação por muitos aspectos da teoria económica, no desprezo pelo uso de técnicas avançadas como objecto em si, na convicção de que a Economia existe e se deve desenvolver para servir o homem, no desejo, portanto, de não isolar os aspectos económicos da vida dos outros aspectos sociais e muito menos de os privilegiar; na intenção de não aceitar que as acções decorram na perspectiva da optimização do individual face ao colectivo, ao geral; no convencimento de que não é legítimo nem coerente procurar ter tudo hoje, sobretudo se o preço tiver de ser pago por outros, amanhã: na certeza de que o «bolo», por mais que se queira aumentá-lo, será sempre finito; e na verdade elementar de que, sendo desiguais as fatias, haverá quem tenha de contentar-se com menos quando alguns fazem por locupletar-se com mais.

Recordo, ainda, que fiquei desde logo na expectativa do descrédito fácil por parte daqueles para quem a discussão das «coisas» económicas e sociais só tem valor quando bem enrou-

(*) Instituto Superior de Economia.

pada nas vestes da matemática, quando transportada para as generalizações rebuscadas dos modelos teóricos sempre dependentes de hipóteses simplificadoras que as tornam por vezes verdadeiras abstracções. Talvez que as posições ocupadas por Schumacher na vida económica britânica (e mundial), o facto incontroverso de ter lançado conceitos instrumentais como os da tecnologia intermédia para os países em desenvolvimento e, talvez mais ainda, a sua passagem como professor pelas Universidades de Columbia e de Oxford tenham criado inibições mesmo aos mais temerários, porque, conservando-me atento, não me tenho apercebido de críticas contundentes às suas posições. De romântico tem ele sido frequentemente apodado; mas, embora não ignore a carga depreciativa que insidiosamente se pode dar ao adjectivo, sou levado sempre a pensar que com bons românticos como com bons poetas a humanidade nada perde, antes se enriquece. Cuidado, sim, com os que nos querem convencer de que o romance e a poesia não podem ter lugar no mundo de hoje.

2. Das ideias em que o livro é fértil e das reflexões a que convida salientarei as que decorrem da crise profunda da sociedade de hoje, a traduzir-se num privilegiar de objectivos, concepções e atitudes de validade humana discutível, se não condenável. Os valores adoptados põem já em causa a coerência, que devia ser atributo da espécie, e os princípios básicos de comportamento nalgum tempo tidos por nobres, mas que são apenas básicos, de justiça, de dignidade, de liberdade. A sua aceitação, mesmo que inconsciente ou passiva, é ponto de partida para a aceitação de processos, de acções, de políticas que não são pré-avaliadas nos seus efeitos nemostas em causa na sua legitimidade. A sociedade em que escolhemos viver — ou, como será mais correcto em que nos é dado viver — fixou a abundância como objectivo, mas a abundância pelo seu atributo mais nobre, mais primário, mais baixo, no seu significado mais restrito, o da «abundância quantitativa»: de tal forma que as questões da qualidade, quando as considera, é em regra apenas para delas tirar partido em favor da quantidade. É efectivamente na sua variante mais primária, mais pobre, mais reles, que a abundância é perspectivada, porque lhe é de todo indiferente a forma como a repartição se opere e até da má repartição se permite tirar vantagens para se intumescer. Que outra coisa se advoga com as teorias do crescimento desequilibrado? O absurdo verifica-se então, porque, no pequeno rincão em que todos vivemos, a abundância de hoje de alguns só pode existir à custa dos outros, sejam

eles os nossos vizinhos do lado ou os locatários de amanhã. Claro que, como se esperaria — e não se dirá que aí haja algo de incoerente ou de absurdo — os profetas da abundância são os seus beneficiários, instalando-se nas fases do circuito económico que lhes permitam a apropriação do excedente, tudo fazendo para que o seu clã não se distenda.

Os mecanismos utilizados são liminarmente simples. Não se eduque o homem a ser feliz com a igualdade nem se permita, portanto, que a igualdade se lhe ponha como objectivo a atingir; cultive-se, explore-se mesmo, o sentimento primário de querer ser superior ao seu companheiro-homem, base do processo de emulação que determina a competição por tantos defendida como insígnia de progresso, como estímulo à grandeza crescente do próprio homem, e associe-se a isso o termo bem-estar, que pode ajudar psicologicamente a reduzir a propensão para que do acto resulte mal-estar; trate-se de convencê-lo de que os verdadeiros sinais de superioridade e de grandeza, os únicos que efectivamente importam, são os que se vêem, os que se ostentam ou podem ostentar, os objectiváveis — portanto os objectos, que se podem consumir, que têm de ser produzidos. Depois é apenas esperar que o processo se auto-regule, procurando garantir a inserção nele com a maior segurança nas suas fases mais estratégicas e nas posições mais seguras para a retirada dos benefícios, isto é, dos lucros, como sempre serão as associadas ao controlo ou posse dos meios de produção. Naturalmente, importa ir provocando estímulos activos convenientes (ou passivos, se os activos não forem viáveis) no ciclo delineado, com vista à auto-sustentação do processo: tudo fazer para impedir que algo se faça no sentido de atenuar o instinto primário de competição para a grandeza e superioridade que a posse das coisas exprime; aguçar esse instinto naqueles que no processo estão do lado do consumo. Da arte de produzir estímulos vem a nascer uma actividade nova e fascinante, a publicidade, da qual obviamente se procurará retirar lucros. A manipulação cuidada da formação cultural do indivíduo, a sua delimitação e controlo, nomeadamente, para produzir a formação conveniente; acções de estímulo para que consuma mais, justamente daquilo que se quer produzir. É tudo!

3. O esquema, mantenho-o, é liminarmente simples. Partindo dos objectivos, a aparência que dele se oferece revela a sequência seguinte: pretende-se o bem-estar dos indivíduos → que se exprime nos bens e serviços que podem consumir → que determinam a procura → cuja resposta será dada pelas

actividades produtoras → derivando da produção remunerações aos factores, nomeadamente lucros; e a produção aparece assim como meio, fundamental, ao serviço do bem-estar.

Na realidade, no entanto, o processo anterior é falacioso porque não há nenhuma justificação válida para se defender que o bem-estar depende da quantidade de bens e serviços que possam adquirir-se; é ainda falaciosa a sua sequência, que nos é apresentada deliberadamente de forma inversa da real, porque no mundo de hoje são os interesses da produção, consubstanciados no lucro, que se impõem como objectivo; e como o lucro só se realiza pela produção, escoando-a, tem de para ela se conseguir procura que há necessidade de manipular, de controlar, para adequá-la à produção; como a procura, por sua vez, se realiza no consumo, é preciso estimulá-lo nas direcções e com a intensidade que mais interessam, donde o justificar-se a necessidade de arvorar a disponibilidade de bens e serviços em medida de bem-estar; e este pretendo e falacioso bem-estar não é afinal um *fim* mas simplesmente um *meio* para que a produção e seus objectivos sejam atingidos. Por isso ele, bem-estar, deverá quanto possível associar-se a um mal-estar que resulte da insatisfação de necessidades; e esse mal-estar, tão profundamente estratégico, tem de ser mantido de forma permanente, se não incrementado, donde o papel importantíssimo das novas actividades destinadas a criar estados permanentes e artificiais de carência, de insatisfação, de mal-estar, em suma; donde a agressão constante, para que nos sintamos realizados pela aquisição de bens e serviços que, para alguns, hão-de determinar os lucros.

A QUESTÃO DA «ESCALA»

4. Ao engenho descrito vão associar-se outras artes destinadas a ampliar as vantagens dos beneficiários do processo.

Os lucros totais conseguem-se maiores por uma de duas vias e, decerto, simultaneamente por ambas: aumentando o volume de negócios e ampliando a diferença entre preços e custos unitários. Daí a exploração de todos os caminhos susceptíveis de permitir a redução dos custos, sejam ou não eticamente discutíveis e socialmente recomendáveis; daí a criação de processos organizados para tirar vantagens da dimensão ou escala dos empreendimentos. Só que esses processos, para serem economicamente rentáveis, têm de dar origem a elevados volumes de produção para a qual, como é a regra, há que criar procura quantitativamente adequada. Por esta via

se vai então reforçar o processo descrito antes de criação de estados permanentes de carência; e vai, sobretudo, originar-se ou acentuar-se um processo de delapidação de recursos, renováveis ou não, ele também praticamente desprovido de controlo, até mesmo de crítica, a não ser quando os seus custos começam a repercutir-se nos próprios custos da produção, quando social ou politicamente se lhes opõem barreiras, ou quando os ritmos de delapidação se tornam tão escandalosos que nada justifica o seu disfarce.

A situação é particularmente grave porque já é sem pudor que se faz a defesa das chamadas economias de escala com base na simples intenção de redução dos custos, à partida e apenas em princípio proporcionadoras de vantagens sobre o nível dos preços, sem curar de discutir sobre o tipo de produtos que se pretende originar e, portanto, sobre as necessidades que se pretende satisfazer, ou sobre aquelas que se pretende manter, incentivar ou criar. A questão da escala tornou-se numa obsessão generalizada, de tal modo que a ela passou a associar-se a ideia de viabilidade — e viabilidade económica — que tem levado alguns a apontarem para as grandes unidades de produção, para as grandes comunidades (para tudo quanto é grande) como formas desejáveis de organização, como se o indivíduo pudesse sair menos rico, menos realizado como homem em comunidades mais pequenas, por isso mesmo mais coesas, mais *comunidades*, como se em unidades de produção pequenas não pudessem atingir-se tão bem ou melhor do que nas grandes os objectivos sociais e humanos mais fundamentais, que não são certamente traduzíveis — e sobretudo não o serão indiscriminadamente — por maiores disponibilidades de bens de consumo.

Produzir, produzir mais, produzir sempre, converte-se então também em alvo a atingir. O objectivo social que o produto final possa realizar não é considerado, a menos que a partir dele se possam tirar vantagens publicitárias fomentadoras de aumentos da procura. As preocupações de ordem social que deviam mover a própria actividade produtiva não são tidas em conta, podem ser mesmo sacrificadas, como é evidente já hoje quando se torna manifesta a falta de coragem para argumentar em favor de processos que façam uso intensivo de mão de obra em situações de desemprego só porque não tornarão as produções competitivas pelo custo (pouco se usa a qualidade e a diversificação para esse fim); quer dizer, porque não darão necessariamente lugar a que o fim último, o lucro, seja atingido da maneira mais fácil. A panóplia fica convenientemente armada quando, a culminar todo o edifício,

se passa a avaliar do progresso do país pela produção total que nele se origina e pelo ritmo de crescimento dessa produção, o qual, ninguém o negará, apesar de todas as críticas que lhe vêm sendo formuladas, continua a ser o indicador mais frequentemente utilizado, por vezes despudoradamente referido como indicador de desenvolvimento. Que desenvolvimento, se não importa o que se produz, como se produz, onde se produz, para quem se produz, com que consequências? A que concepção de desenvolvimento desejará fazer-se referência? Obviamente, apenas se está a fazer uma utilização abusiva do termo.

OS TÉCNICOS E AS TÉCNICAS

5. O discurso já vai longo; mas eu diria, em minha defesa, que não sem norte.

Pretende-se que me ocupe da pequena agricultura na perspectiva do desenvolvimento regional. Tenho de preocupar-me então com as pessoas e necessariamente com a maneira como se tenta muitas vezes levar a não pensar nas pessoas. Tenho que preocupar-me com uma actividade específica que entendo não desempenhar apenas uma função económica (como qualquer outra, embora talvez mais do que muitas outras) e por isso decidi pôr a claro como os objectivos que, através das actividades, deveriam ser atingidos têm sido manipulados. Devo deter-me sobre a pequena agricultura, e por isso entendi ser de levantar a questão da dimensão, em geral, para subcrever a opinião dos que vêm na escala mais uma variável susceptível de manuseio na mira dos objectivos de alguns, que não dos objectivos de todos. Tenho de debruçar-me sobre o desenvolvimento regional, quero dizer, sobre o desenvolvimento, e por aí regresso às pessoas, a todas as pessoas, a nós também, alguns dos quais desejam ser considerados técnicos para se camuflarem na pretensa neutralidade que daí lhes possa advir. E desculpar-me-ão por, antes de prosseguir no desdobramento do tema, me ocupar um pouco de nós que temos lançado conceitos por que somos responsáveis, embora por vezes tenhamos ficado apenas pela criação de termos cujo conteúdo nem sempre definimos claramente e, o que é pior, nem sempre nos preocupamos com definir. Cabem-nos responsabilidades. Cuidado com a neutralidade, aqueles que a queiram assumir; e cuidado com o aproveitamento que fazemos e outros tendem a fazer de conceitos e de técnicas que tantas vezes usamos acriticamente e, também, descuidadamente.

Referia-me, há pouco, ao crescimento e ao desenvolvimento como designações associadas a conceitos profundamente diferentes cuja utilização é feita por vezes de maneira incorrecta. A eles voltarei mais tarde, embora creia que estão hoje em dia suficientemente demarcados e até hierarquizados. Mas tomemos dois outros para exemplo, de entre os que ante-vejo virem a ser utilizados bastante ao longo das próximas sessões de trabalho, quase sempre provavelmente de forma dicotómica expressa ou implícita, já que nos vamos debruçar sobre uma realidade incontroversamente dualista: o moderno e o tradicional; o urbano e o rural. Que carga qualitativa aceitamos que impenda sobre eles?

Confesso-me preocupado com o simplismo com que os vejo utilizados, simplismo perigoso que por vezes deixa em aberto a possibilidade de admitir uma maior importância, um maior interesse, um grau qualitativo mais elevado de um deles face ao dual; e (o que, devo dizer, me deixa enormemente apreensivo) essa tendência para a dosagem qualitativa leva em regra a pretender que o moderno seja mais evoluído que o tradicional, tal como a associar o urbano a formas organizativas mais avançadas do que o rural. Talvez não haja muitas dúvidas sobre que os processos organizativos (ou desorganizativos) sociais e espaciais têm evoluído em desfavor do meio rural, frequentemente até sem vantagens para o meio urbano, mas quase sempre, e só em benefício de alguns a quem sempre disponível para considerar o homem urbano superior ao sobrarão as opções; nenhum de nós estará intelectualmente homem rural; mas teremos nós tomado sempre todas as precauções, já não digo para defender a organização do rural como superior, por mais sedimentada, mas ao menos para não aceitar a sua degradação quando ele sai sempre preterido face ao urbano no acesso a infra-estruturas e demais equipamentos que hão-de permitir a satisfação das suas necessidades básicas, das realmente básicas? Que poderosa organização do meio rural não é essa que conseguiu, apesar de tudo, não se desintegrar totalmente? Que organização urbana «superior» será a que impõe que, generalizadamente, os problemas urbanos se considerem hoje dos problemas maiores do nosso tempo? Mas teremos, apesar de tudo, sido capazes sempre, ao usar os nossos termos, de salvaguardar que o cidadão rural não seja tomado como uma espécie de cidadão de segunda?

6. E quanto às técnicas, que grau de responsabilidade nos cabe? Até onde estamos todos completamente tranquilos acerca da sua utilização não abusiva?

Também aqui me limito a dois ou três exemplos, e procuro-os no campo da problemática do Colóquio.

Gostamos todos de fazer associações, relacionações, e alguns sentem-se aparentemente mais seguros quando podem fazê-las com recurso a métodos quantitativos, tanto mais, é frequente ver-se, quanto menos parecem dominar essas técnicas. Ninguém hoje deixa de calcular uma correlação para nela procurar apoio *objectivo* quando pretende discutir a associação entre fenómenos; no desejo de um, tantas vezes pretensão, rigorismo quantitativo, muitos se lançam na construção do modelo econométrico que permita alguns voos; preocupados com as comparações e a sua validade, calculam-se generalizadamente índices, taxas, proporções, relações.

Exemplos das apreensões a que me referia?

A produtividade do trabalho, para não ir mais longe, que na agricultura leva a valores dos mais baixos, será exemplo de um dos índices mais frequentemente utilizados e... explorados. As correlações negativas (e significativas) normalmente verificadas entre indicadores de nível de vida e percentagens de população rural são repetidamente invocadas. Os modelos econométricos de regressão tantas vezes construídos para, por exemplo, avaliar até onde certas variáveis como a percentagem de activos na agricultura contribuem para «explicar» níveis de desenvolvimento (e «explicam» quase sempre com significância elevada); modelos dos quais é costume fazer leituras com outras palavras, como avaliar até onde os tais níveis de desenvolvimento «dependem» da percentagem de activos agrícolas. Aí estão outros instrumentos com possibilidades de utilização fraudulenta.

Não pretendo deter-me sobre a questão, interessante, de avaliar até onde a «objectividade» de instrumentos e técnicas como os citados é realmente «objectiva», nem até onde os técnicos que utilizam estas técnicas conseguiram manter-se *neutros*, se o desejavam. Direi, apenas, que tenho presentes documentos oficiais sobre a realidade portuguesa em que se admitiu que o aumento da produtividade agrícola deveria acontecer mais à custa do deslocamento dos activos para outras actividades e para o estrangeiro do que por acréscimo da produção, sem qualquer referência ao preço a pagar no processo e com despreocupação, portanto, relativa a quem o pagaria. Quanto à correlação negativa entre indicadores de nível de vida e percentagens de população rural, não sou ingénuo ao ponto de excluir que uma tal conclusão ajude a formar mentalidades predispostas a admitir o rural como cidadão inferior, particularmente quando estou consciente de que hoje

toda a gente é capaz de calcular índices de correlação, mas poucos sabem o pouco que deles é legítimo inferir. No que respeita aos modelos de regressão, direi apenas que me sinto apreensivo quando recorro, como o fiz já, a expressões como «explicar» e «depende»; e considero haver grandes riscos potenciais, quer quando a técnica é utilizada pelos menos conscientes das suas limitações, quer quando alguns verdadeiramente conscientes das possibilidades se apropriam abusivamente dela.

Mas fixemo-nos no desenvolvimento regional, na pequena agricultura, no futuro.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

7. Tive ocasião de afirmar algures, em termos de síntese, aquilo que me parece deveria estar perfeitamente adquirido acerca do conceito de desenvolvimento. Embora o seu componente económico seja extremamente importante, o desenvolvimento não é puramente económico: é eminentemente social, impondo-se por isso a necessidade duma abordagem interdisciplinar, e não admite menosprezo dos aspectos qualitativos. Pressupondo-se, como se pressupõe, que deve atingir-se em benefício das pessoas, o desenvolvimento implica a erradicação da pobreza, a criação de oportunidades de emprego diversificadas, a redução das desigualdades de rendimento, entre outros aspectos; donde o não deve ser analisado apenas em termos globais, que podem disfarçar diferenciação excessiva. Ele envolve a necessidade de ter em conta a localização das pessoas, dos recursos e das actividades, o que significa ser indispensável a dimensão espacial na discussão do desenvolvimento (Lopes, 1980, p. 24).

Assim, o desenvolvimento é um processo, e um processo multidisciplinar num quadro de interdependência. Considero que não há desenvolvimento regional enquanto houver desigualdades regionais acentuadas. Mais ainda: é inaceitável considerar desenvolvida uma região se o seu «desenvolvimento» se faz ou se mantém à custa de outras. Não é desenvolvida a sociedade em que coexistirem disparidades excessivas.

E haverá forma de objectivar uma tal concepção de desenvolvimento?

Desenvolvimento regional significa acesso de cada um aos bens e serviços básicos independentemente do local onde vive, e a acessibilidade é hoje conceito totalmente objectivável. Ele implica liberdade no seu sentido mais amplo, isto é, capaci-

dade de escolha dentro da mais vasta gama de oportunidades; ele envolve dignidade, identidade, respeito.

Acesso, liberdade, dignidade, dificilmente podem ser conciliáveis com desigualdade. Como objectivos, podem aparentemente ser mais fáceis de alcançar desde que haja crescimento, mas em casos de desigualdade significativa o crescimento pode acentuá-la ainda mais, provocando maior diferenciação no «acesso» e na liberdade de escolha. Há exemplos, em países com baixos níveis de rendimento, de como a produção pode arastar-se dos padrões mais desejados; e isso porque quanto mais desequilibrada a distribuição do rendimento mais a procura agregada é influenciada pelos hábitos de consumo da população afluente. Estando em causa a comparação de regiões, basta pensar nas vantagens das economias de escala e das economias externas para concluir como facilmente o crescimento económico não controlado pode conduzir a desigualdades regionais mais acentuadas (Lopes, 1980, p. 25).

Como é evidente, para que haja acesso aos bens e serviços básicos torna-se indispensável que estes existam para serem distribuídos e há que considerar as capacidades produtivas, os recursos disponíveis e potenciais, a vocação desses recursos e a sua adequação a um processo evolutivo que não afecte e muito menos destrua a base social, garantia de estabilidade das comunidades. É errado pensar que o progresso está na indústria, como é errado pensar que só a agricultura de grande dimensão é agricultura do futuro. Essas concepções derivam do empolamento forçado das questões do crescimento; derivam da sobrevalorização dos componentes económicos; estão associadas à desumanização das actividades, à marginalização do aspecto humano num quadro de vida cada vez mais posto em causa qualitativamente. Toda a actividade produtiva necessária é útil e a forma como decorra deverá depender apenas da adequação ao seu quadro envolvente.

Para além disso, no entanto, importa que não exista grande controvérsia sobre que bens e serviços devem ser considerados básicos, questão cuja relevância deriva de o ser humano ter sido levado a alargar a gama do que considera básico, deixando-se manipular assim pelos interesses económicos de alguns para quem muito importa que o crescimento seja tomado por desenvolvimento. E isto significa que, consideradas a variável espaço e a mobilidade maior ou menor de que os agentes são dotados, não podem, por um lado, negligenciar-se as questões da localização e, por outro, deixar de adequar as estruturas produtivas aos objectivos do desenvolvimento, razão por que haverá que submeter a eles as inten-

ções da produção, que o mesmo é dizer, há que submeter os interesses individuais aos interesses sociais ou, pelo menos, conseguir a convergência dos interesses particulares para o interesse geral. Não pode deixar-se que as economias de escala e as economias externas se convertam em factores determinantes da organização produtiva; e tudo aponta, assim, para a organização espacial como objectivo de longo prazo do desenvolvimento, organização espacial que se complete por decisões coerentes no que respeita à localização dos centros onde os equipamentos terciários fornecedores dos serviços básicos tenham de ser instalados, porque não pode dispensar-se algum grau de concentração face à escassez dos recursos que em todas as circunstâncias existe.

Mas não se atribua importância desmesurada às necessidades de concentração dos equipamentos. A ideia de localizar o investimento público e os serviços num reduzido número de aglomerados populacionais de maior dimensão, esperando que daí resulte dispersão de efeitos benéficos sobre outros aglomerados mais pequenos, está a ser ultrapassada, tendendo-se para a defesa de um desenvolvimento disperso a partir de grupos de aldeias funcionando articuladamente em sistema (Derounian, 1980). Por outro lado, a eficácia dos efeitos de polarização e dispersão que a teoria dos pólos preconiza como dinamizadores do crescimento, se levanta dúvidas para muitas situações de concentração populacional, levanta-as maiores em meio rural, havendo quem tenha concluído, para a Grã-Bretanha, que as vantagens atribuídas às políticas dos centros de crescimento têm pouca relevância em aglomerados com menos de 13 000 habitantes (Cloke, 1980). Mas o próprio argumento das economias de escala, incentivador da defesa dos grandes centros, começa a ser seriamente contestado tanto em termos económicos como em termos sociais, propondo-se em seu lugar e particularmente para as regiões mais desfavorecidas uma organização de centros rurais dotados de equipamentos de dimensão reduzida adequada (Gilder, 1980).

O desenvolvimento do meio rural passa pelo dimensionamento dos aglomerados e pela organização que entre eles se estabeleça; mas está a ficar generalizadamente dependente sobretudo da implementação de políticas de acessibilidade.

A QUESTÃO DA «ESCALA» NA AGRICULTURA

8. Importa retomar as questões da escala em que decorre a actividade económica para escrutinar as tendências que se vêm registando para privilegiar o que é *grande*, como se aí pudessem repousar as garantias de viabilidade económica

futura de qualquer empreendimento. Há de resto países em que as concepções de vida tidas por prevalecentes têm de tal modo conduzido à obsessão megalómana e ela se encontra de tal forma enraizada na cultura, que parece que importa apenas que o que se faça seja *maior*, sem que interesse discutir propriamente quão grande: os objectos que se possuem, as casas em que se habita, as organizações, os locais de trabalho, as cidades... e como ninguém se preocupa com estabelecer o que deva entender-se por grande, passa-se a admitir, simplesmente, que quanto maior melhor ⁽¹⁾.

Terão sido o meio rural e as actividades que nele decorrem, pela sua tradição, pela sua estabilidade, pela sua solidez, os que mais têm resistido à questão da escala; mas mesmo o meio rural só pode resistir quando verdadeiramente estruturado e moldado por uma formação social e um processo histórico consistentes. Nos Estados Unidos começou há algum tempo a preferir-se para a actividade agrícola o termo «agribusiness» em vez de «agriculture», com evidente preocupação de associar a preferência a certa concepção de progresso e, obviamente, ao dimensionamento e formas de exploração. Manteve-se o «agro», por enquanto; «business» vai substituindo «culture». Sinais dos tempos. Nos últimos 30 anos desapareceram mais de 2,5 milhões de explorações agrícolas familiares ⁽²⁾.

Os Estados Unidos são, de resto, um vasto laboratório onde vale a pena analisar as experiências e o sucesso delas; um laboratório que não pode ser considerado inteiramente responsável pelo facto de muitos países pretenderem utilizar os seus métodos sem curar de os avaliar previamente de forma crítica, ao menos em termos da sua adequação a realidades diferentes. E já se disse, em relação a esse vasto laboratório,

(¹) «Bigness may have its place here or there, but it is the pervasiveness of it that is so alarming. Because bigness is by now so rooted in our culture, we have not really ever come to grips with the questions of size, of quantity, of extent, for our individual possessions or dwellings, for our organizations and workplaces, for our cities and systems. Because we do not really know how much is enough, we assume that bigger is better» (Sale, 1980, p. 71).

(²) «Because high-chemical, high-energy farming is most congenial to large industrialized farms, particularly those operated by large corporations, they have been best able to take advantage of the new pattern of American agriculture — which has come to be called, interestingly, *agribusiness*, with the *culture* part of it discarded. Large farms have increased by 500 percent over the last thirty years, while more than 2.5 million one-family farms have gone out of business» (Sale, 1980, p. 230).

que a concentração da terra em explorações cada vez maiores e num número de mãos cada vez menor, com a consequência lógica de fazer aumentar os encargos de exploração, o recurso a empréstimos e a dependência de máquinas, é questão extremamente complexa cuja análise e consequências impõem que se ultrapasse o campo estrito da actividade agrícola para se avançar sobre o seu significado cultural. Ela leva a uma transformação profunda na mentalidade do agricultor, porque com o aumento do investimento em terra e máquinas ele é conduzido a abandonar os valores tradicionais da agricultura como actividade económica e social e a assumir os da finança e da tecnologia; o seu pensamento passa a ser determinado cada vez menos pela sua responsabilidade de agricultor e cada vez mais pela contabilidade financeira das suas máquinas; torna-se para ele progressivamente menos importante saber de onde vem o seu dinheiro e muito mais preocupante para onde tem de ir; os seus interesses e energia vão sendo sucessivamente menos absorvidos pelo solo agrícola; a moeda instala-se definitivamente e a economia monetária subverte a economia da natureza, da energia e do espírito humano, até que ele se transforme numa máquina de consumo (Berry, 1977).

Esta foi a tendência nos Estados Unidos nos últimos 40 anos, tendência que o aparelho estatal reforçou, apesar de todos os aparentes esforços para defender a exploração agrícola familiar como «espinha dorsal» da nação^(*); tendência que o ditame popular reproduziria na expressão «cresce ou desaparece»⁽⁴⁾. Na realidade, retomando Berry (1977, p. 43) «os que não puderam expandir-se retiraram-se simplesmente, não apenas na minha comunidade, mas em comunidades agrícolas por todo o país». Como objectivo, o gigantismo é, além do mais, totalitário e impõe uma tendência irreversível para a concentração única, naturalmente a maior possível: muitos conseguirão crescer para se manter; mas virão a ser afastados por outros que se tornarão maiores.

A megalomania é destrutiva de todos os pontos de vista sociais e culturais, até porque, sendo *mania*, continua a haver quem assegure que o que é grande é mais eficiente, mais produtivo, mais económico. Mas, a este respeito, são os próprios estudos oficiais dos Estados Unidos que o demonstram, a eficiência económica, ela mesma, aparece indiscutivelmente na

(*) Tornou-se de certo modo corrente imprimir em muitos documentos a enviar ao agricultor, nomeadamente em facturas, a conhecida frase: «family farm as the backbone of the nation» (Sale, 1980).

(4) «Get big or get out».

pequena exploração, na exploração adequada à escala humana. Sale (1980, p. 233) chama a atenção para vários relatórios do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, nomeadamente para o de 1973, cujas conclusões no respeitante à dimensão das explorações foram confirmadas em relatórios posteriores. Nele se escreveu: «Estamos tão condicionados por identificar grandeza com eficiência que quase todos admitimos que os empreendimentos de grandes dimensões são mais eficientes do que os pequenos. De facto, a eficiência como pretexto é normalmente utilizada para defender o gigantismo. No entanto, a realidade revela que a maior parte das economias associadas à dimensão são conseguidas em explorações agrícolas mecanizadas à escala humana. São elas que originam as colheitas mais elevadas por unidade de superfície que é possível esperar do homem e das máquinas e podem considerar-se geralmente tecnicamente eficientes».

Estas conclusões são menos difíceis de retirar e de aceitar em relação a outras realidades que não a dos Estados Unidos; e poderiam referir-se muitas. Talvez valha a pena, no entanto, subscrever ainda de Sale (1980, p. 234) que não é por simples atitude romântica tendente a enaltecer o camponês que se toma a defesa da pequena exploração. Como é saudavelmente lógico, tem sido generalizadamente verificado que os pequenos agricultores trabalhando em função de objectivos e para a obtenção de resultados que entendem, sobre terra cuja segurança de exploração lhes esteja garantida, com apoios cooperativos de crédito e de serviços para o seu trabalho, atingem as produtividades mais elevadas por homem e muitas vezes por unidade de superfície. É de uma estratégia que apoie o pequeno agricultor que dependem grandemente as esperanças de alguma vez ter alimentação suficiente para todo o género humano; e nessa estratégia têm de aparecer em lugar destacado, com a dignidade, a justiça, a liberdade, as estruturas organizativas a escala adequada e com espírito adequado — naturalmente as cooperativas são de privilegiar — e os apoios formativos a nível mais geral que pela via de uma extensão rural adequada são indispensáveis.

9. Não parece que nas conclusões anteriores haja algo de estranho ou de inesperado. Será efectivamente de aguardar pelos resultados do cálculo económico para ter de admitir que existe para cada actividade uma dimensão adequada, dimensão que depende naturalmente do meio em que decorre e dos factores naturais, técnicos e humanos dos quais os de menor relevância não serão certamente os últimos?

Admitamos no entanto, por momentos e a contragosto, privilegiar na análise os aspectos económicos e preocupemo-nos com considerar alguns casos concretos. Procurêmo-los nos Estados Unidos ainda, por exemplo, no chamado *Projecto de Viabilidade da Pequena Exploração Agrícola* ⁽⁹⁾ levado a efeito por uma equipa da Universidade da Califórnia, em Davis, que estudou 130 agregados populacionais do Vale de S. Joaquim e analisou a qualidade de vida nos lugares em que dominavam as pequenas explorações (menos de 160 acres), comparando-a com a de lugares com predomínio de grandes explorações (640 acres e mais). Invariavelmente, as pequenas comunidades agrícolas registavam níveis de emprego mais elevados e mais diversificados, equipamentos terciários melhores e melhor geridos, originavam maiores volumes de negócios e retinham proporção mais elevada dos efeitos induzidos (Sale, 1980, p. 240). São desse estudo as conclusões seguintes: tem-se defendido que os grandes empreendimentos favorecem a expansão financeira no volume de negócios, mas a verdade é que tudo nesta região aponta no sentido de que as grandes explorações agrícolas podem ter um efeito sobre a comunidade local menos significativo do que as pequenas explorações; as grandes explorações não oferecem à comunidade local vantagens substanciais; certamente não as oferecem maiores do que as pequenas explorações.

Outro exemplo, agora retirado de um estudo de Goldman, da Universidade de Berkeley: a conversão da agricultura de uma região em que as explorações tinham em média 1280 acres, noutras com 330 acres, também em média, levou a melhorias significativas da economia da região, que criou 540 novos postos de trabalho, aumentou o volume de vendas em 16 milhões de dólares por ano e o rendimento global em 6,2 milhões — pura e simplesmente porque a localidade passou a reter uma parcela muito mais elevada dos resultados da actividade económica, criando um efeito multiplicador muito significativo sobre a produção, sobre o rendimento, sobre o emprego (Sale, 1980, p. 241).

Que melhor resposta para o desenvolvimento regional?

Se o desenvolvimento é para ter lugar, e para o ter de forma estável, então tem de começar no meio rural e na agricultura em particular, uma agricultura que tem de ser *bem* apoiada tecnicamente, cujas estruturas organizativas devem privilegiar as formas cooperativas, que pode e deve aproveitar

⁽⁹⁾ «Small Farm Viability Project». Para referência ver Viability Project, *The Family Farm in California*, State of California, 1977.

as potencialidades para exportar, mas que tem prioritariamente de se dirigir para a satisfação das necessidades locais, que o mesmo é dizer, para o mercado local, ainda que daí resulte um menor empolamento da economia monetária. Por essa via se conseguirá o reforço das estruturas das comunidades e, ainda, uma maior retenção na região dos resultados da actividade económica; e conseguir-se-á também mais emprego, mais generalizado e com maiores potencialidades de diversificação, elemento básico dignificador do ser humano. Orientações opostas só podem ser compensadas pela via das migrações, com o conhecido cortejo de privações e traumas, da instabilidade no seu sentido mais geral, sem vantagens absolutas e muito menos relativas para os que se vêem obrigados a contribuir, com a sua saída, para o aumento aritmético da produtividade do trabalho.

Se o desenvolvimento é para as pessoas, e para as pessoas onde elas estão, não pode haver dúvidas acerca da necessidade de adequar a dimensão dos empreendimentos às características das actividades que tais pessoas desenvolvem, às características do meio, e ao reforço das suas estruturas sociais e culturais. O desenvolvimento regional não se conseguirá de outra forma, e a actividade agrícola, suporte de vastas comunidades que por ela conquistaram estabilidade rica e notável, tem de ser suficientemente defendida das arremetidas de algum «progresso». Há consciência, mesmo por parte dos grandes defensores do «agribusiness», de que a busca de altos níveis de produtividade pela via de graus mais elevados de mecanização transforma profundamente a natureza da actividade agrícola e afecta severamente as comunidades rurais. Com o declínio da população agrícola, diminui a procura dos bens e serviços e, portanto, também a procura sobre as actividades não agrícolas dos centros rurais; assim se reduzem as oportunidades de emprego e de rendimento e se fomenta a emigração; em consequência, fica menos gente qualificada para manter em funcionamento satisfatório os equipamentos terciários, cujas possibilidades de oferta diminuem e cujo custo aumenta. A degradação passa a ser, simplesmente, um processo cumulativo.

ALGUMAS CONCLUSÕES

10. Ser-me-á permitido fazer a síntese das questões que aflorei e que, por dificuldades de tempo na preparação da minha comunicação, não re-elaborei para forma sintética?

Destacaria desta minha intervenção introdutória os pontos seguintes para cuja reflexão vos convido:

i) Existe uma crise de valores: aceitemo-la como indiscutível, sem que por isso nos deixemos dominar pelas transformações que nos impõe. A economia não é tudo; é muito, mas é sobretudo muito pouco. Arvoremos o desenvolvimento em objectivo, coloquemos nele em lugar de destaque, como metas, a justiça, a dignidade, a liberdade, que não são «económicos», mas que lhe são superiores, e defendamos objectivamente essa justiça, essa dignidade, essa liberdade, no *acesso* de todos aos bens e serviços e às oportunidades básicas.

ii) A dignidade, a justiça, a liberdade, devem ser garantidas no espaço e no tempo. A garantia da sua verificação no espaço depende apenas, pelo que disse antes, da vontade em realizá-las. A garantia da sua verificação no tempo é mais precária, porque será mais fácil, a pretexto de querer melhorar a situação actual, reduzir o leque de objectivos possíveis das gerações futuras. Tenhamos então consciência de que os recursos são limitados; tenhamos também consciência de que há recursos não renováveis que são verdadeiros bens de capital; e que os renováveis o são sempre a ritmos condicionadores. A justiça, a dignidade, a liberdade, impõem pensar também no que deixamos ficar por cá, para amanhã.

iii) Ponhamos perfeitamente a claro que o sinal de desenvolvimento mais evoluído que a sociedade contemporânea poderia dar não está na promessa de criar mais hoje para poder distribuir por todos o suficiente amanhã, mas na atitude imediata de distribuir hoje melhor o que já se cria, porque os objectivos de liberdade, dignidade, justiça, não há nenhuma justificação para não os atingir já, com o que efectivamente existe.

iv) Aceitemos a existência de uma crise de valores para criticarmos a organização social em que nos é dado viver e contribuirmos para a sua alteração. Alguém disse já que a instabilidade está na própria essência do capitalismo, nos seus «boom» e nos seus «slump»; e que as consequências dessa instabilidade são particularmente graves quando «boom» e «slump» acontecem simultaneamente, como nas últimas décadas, porque então são os ricos que apanham o «boom» enquanto os pobres arrecadam o «slump». A crítica dessa sociedade e a contribuição para a sua alteração passam pela demonstração de que o *económico* é subsidiário do *social*, do

cultural, do humano, e não o inverso, que leva sempre à exploração e ao estímulo dos instintos mais primários. O que é a concorrência senão isso, essa concorreência sobre a qual se pretende, superiormente, construir a sociedade do futuro? O que é a concorrência senão a luta pela desigualdade como objectivo?

Suponho que a discussão dos problemas rurais não dispensará alguma reflexão sobre as questões anteriores; sobre outras também, que aflorei, com estas relacionadas, que têm que ver ainda com pretensos valores de grandeza duma megalomania que só aparentemente será acéfala, por parecer não querer entender que para tudo existe dimensão adequada e que para o ser humano a escala deve ser, perdoe-se a tautologia, a escala humana apenas; sobre muitas outras, altamente pertinentes, mas que só os especialistas podem tratar com segurança e rigor. Temo-los aqui, felizmente, e a oportunidade pertence-lhes. Eu limito-me a felicitar os promotores do Colóquio, a Comissão Organizadora, e a desejar para todos nós o melhor trabalho. Sejam exigentes, para do nosso trabalho conjunto retirarmos satisfação; porque essa é a «espécie» em que o pagamento vai ser feito, à revelia portanto, e ainda bem, da economia monetária.

REFERÊNCIAS

- BERRY, W. *The Unsettling of America*, Sierra Club, 1977
 CLOKE, P. J. «The key settlement approach: the theoretical argument» in *The Planner*, Vol. 66, n. 4, p. 98, 1980
 DEROUNIAN, J. «The impact of structure plans on rural communities» in *The Planner*, Vol. 66, n. 4, p. 87, 1980
 GILDER, I. «The key settlement approach: do we need key settlement policies?» in *The Planner*, Vol. 66, n. 4, p. 99, 1980
 LOPES, A. S. «Desenvolvimento regional e integração» in *Estudos de Economia*, Vol. I, n. 1, pp. 23-49, 1980
 SALE, K. *Human Scale*, Secker & Warburg, Londres, 1980
 SCHUMACHER, E. F. *Small is Beautiful: a study of economics as if people mattered*, Abacus, Londres, 1977
 VIABILITY PROJECT, *The Family Farm in California*, State of California, 1977